

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUA INFLUÊNCIA NOS  
EMPREGOS FLUMINENSES

Frederico Nogueira de Resende Bessa

Nº de Matrícula: 0413052

Orientador: Luiz Roberto de Azevedo Cunha

Dezembro / 2011

**Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.**

**As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as pessoas e oportunidades que surgiram e ainda surgirão na minha vida.

Agradeço também a minha namorada Camilla que sempre me apoiou e me deu forças para continuar, mesmo nos momentos mais difíceis. Ao amigo-irmão Paulo Victor por ser um dos mais formidáveis companheiros de jornada que uma pessoa possa querer, e a todos os queridos amigos que acompanham e alegram a caminhada deste aprendiz.

Agradeço a minha mãe, Maria Raquel, por sempre ter lutado por mim e pelo meu desenvolvimento. Ao meu avô, Eliseu, pelo exemplo de caráter que me dá orgulho em seguir. E a toda a minha família, por todas as lições aprendidas.

Agradeço aos meus estimados colegas e amigos do SEBRAE/RJ, especialmente Marcelo Pereira e Cezar Kirszenblatt, pelo grande apoio e suporte, não só na elaboração deste trabalho, mas também por todo o período em que estivemos juntos.

Agradeço por último, mas não menos importante, ao meu admirável orientador Luiz Roberto de Azevedo Cunha pelo apoio e motivação.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas .....	5
Resumo .....	6
Introdução .....	7
Capítulo 1 – Cenário Atual das Firmas do Estado do Rio de Janeiro .....	9
Capítulo 2 – A Geração de Empregos no Estado do Rio de Janeiro .....	17
Conclusão .....	24
Referências Bibliográficas .....	25

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tamanho do Estabelecimento, segundo setor.....	10
Tabela 2 - Número de Estabelecimentos, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010.....	11
Tabela 3 - Nº dos Estabs. por Vínculo Ativo, segundo BR, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro - 2000.....	13
Tabela 4 - Nº dos Estabs. por Vínculo Ativo, segundo BR, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro - 2010.....	13
Tabela 5 - Número de Estabs. por Subsetor de Atividade Econômica - 2010.....	15
Tabela 6 - Número de Empregos em 31/dez, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010.....	18
Tabela 7 - Geração de Empregos Formais, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010.....	19
Tabela 8 - Geração de Empregos por Subsetor de Atividade Econômica - 2000.....	21
Tabela 9 - Geração de Empregos por Subsetor de Atividade Econômica – 2010.....	22

## RESUMO

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), existem 527.702 estabelecimentos no estado do Rio de Janeiro, fazendo dele o quinto estado mais bem colocado do país neste quesito. Destes, mais de 98% são classificados pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) como de micro ou pequeno porte.

O setor de serviços lidera, respondendo por 51,9% dos empreendimentos do estado. Em seguida, vem o setor de comércio com 35,7%, em terceiro, o setor industrial com 10,8% e, por último, a agropecuária com 1,6%.

Entre 2000 e 2010, os empregos aumentaram 68% no país e 50,1% no estado. Os micro e pequenos estabelecimentos, em 2010, davam conta de 40,1% de todos os empregos do país. Para os empregos fluminenses, os MPES contribuíram com 37,3% do total.

A formação de novos postos de trabalho deu um salto considerável no período. O Rio de Janeiro registrou o impressionante acréscimo de 197,1%, passando de 77.022 novos empregos em 2000, para 228.823 em 2010. A contribuição dos MPES também se mostra bastante significativa, sendo eles responsáveis por 41,7% da criação de novas vagas de trabalho no Brasil e por 35,4% no estado fluminense em 2010.

Os dois principais setores, serviços e comércio, geraram 175.883 novos empregos, o que representa um aumento de 100,5% em relação a 2000.

O objetivo do nosso trabalho é a exibição de um estudo sobre a formação de empregos no Estado do Rio de Janeiro. A partir dos dados empíricos disponíveis, analisaremos a importância dos micro e pequenos estabelecimentos (MPES) encontrando evidências claras de que eles tenham um peso bastante relevante na criação de novas vagas de trabalho no Estado.

## INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, ocupa a posição de terceiro estado mais populoso da Federação com 15.989.929 habitantes, o que significa que o estado abriga mais de 8% da população brasileira. Além disso, e ainda conforme o IBGE, o estado possui o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho, o estado conta com 4.080.082 indivíduos empregados, o que faz dele o terceiro estado com maior número de trabalhadores.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também do Ministério do Trabalho, existem 527.702 estabelecimentos no estado, fazendo do Rio de Janeiro o quinto estado mais bem colocado do país neste quesito. Destes, mais de 98% são classificados pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) como de micro ou pequeno porte.

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são de suma importância para o crescimento de qualquer país, principalmente para aqueles em desenvolvimento. Quando destinamos o olhar ao caso brasileiro, e atentamos para o fato de que o país tem mais de 7,5 milhões de MPEs (RAIS 2010), respondendo por aproximadamente 20% do PIB (FECOMERCIO 2011), o papel delas se torna evidente.

São dados recentes como esses que nos motivam a investigar qual tem sido o desempenho dos micro e pequenos empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro, principalmente quando levamos em conta a proeminência do estado no cenário econômico nacional.

Mas qual a definição de microempresa e de empresa de pequeno porte? “Conforme o disposto no artigo 3º da Lei Geral, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**I** - Microempresas: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00;

**II** - Empresas de pequeno porte: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a



R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite previsto será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.” (fonte: SEBRAE). Ressaltamos ainda, que a tributação das micro e pequenas empresas é feita pelo sistema Simples Nacional.

Os dados utilizados na elaboração do presente trabalho serão extraídos das bases estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis no site do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho. Além disso, também usaremos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Para melhor nos situarmos na nossa análise devemos ressaltar a diferença entre RAIS e CAGED.

De acordo com o PDET, “A RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.” Já o CAGED, conforme o PDET, “... constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.”

Pretendemos, por meio deste trabalho, não somente verificar que os micro e pequenos estabelecimentos são responsáveis por uma parcela considerável da geração de empregos no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, como também saber em quais setores elas se concentram e em quais elas geram mais empregos.

É importante notar, porém, que este estudo não tem a pretensão de avaliar políticas públicas e seus efeitos nos estabelecimentos ou nos empregos fluminenses. Ao invés disso, tentaremos compreender em que medida um dado grupo de estabelecimentos contribui na geração de empregos em comparação com outros.

## **CAPÍTULO 1 – CENÁRIO ATUAL DAS FIRMAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro tem recebido diversos benefícios, oriundos principalmente dos vários projetos e investimentos estruturantes que impulsionam seu desenvolvimento. O papel da Cidade do Rio de Janeiro nesse processo é de suma relevância, uma vez que é responsável por oportunidades de grande atratividade para os investidores, como, por exemplo, os Jogos Pan-Americanos de 2007, a final da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Todos esses eventos acarretarão numa criação de demanda, não somente para toda a cadeia de comércio e turismo do estado, mas também em áreas que carecem de investimentos como as de infra-estrutura e saúde. Pode-se ter certeza de que os investimentos feitos na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro irão deixar um legado de muito valor para o futuro.

Contudo, este estado não seria um dos mais proeminentes da Federação se vivesse somente de eventos esportivos. É no Rio de Janeiro onde mais se produz petróleo no Brasil, atividade que gera um importante encadeamento de produção industrial, abrigando um valioso complexo petroquímico, o COMPERJ.

O estado também colhe frutos das riquezas geradas por suas outras vocações, dentre as quais podemos citar as já bem estabelecidas, siderurgia, construção naval, moda, agronegócios, confecção, economia da cultura e entretenimento, entre outras.

Recentemente, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) contribuíram para a melhoria da imagem da Cidade do Rio de Janeiro e espera-se que a união de esforços entre os governos federal, estadual e municipal traga ainda mais ações para que sejam criadas melhores condições de crescimento econômico com desenvolvimento humano, não somente nas comunidades mais necessitadas, como também em todo o estado.

Além das UPPs, podemos mencionar ainda outros projetos como o Porto Maravilha e a expansão do Metrô. Iniciativas como estas atraem novas oportunidades de negócios, criam empregos e os benefícios dos trabalhos em conjunto se tornam disponíveis para todos.

Outro ponto que merece destaque refere-se à aprovação da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que legaliza e dá cidadania empresarial aos empreendedores individuais, retirando uma parcela de micro e pequenos empresários da informalidade.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei, estão: o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o enquadramento no sistema Simples Nacional e as isenções de Imposto de Renda, IPI, PIS, COFINS e CSLL.

É de conhecimento comum que proprietários de micro e pequenos estabelecimentos de países em desenvolvimento sofrem com muitas dificuldades, entre elas a de conseguir crédito e a de conseguir acesso a mercados de alto valor agregado. Essas limitações acabam por impedi-los de atuar conforme a legislação tributária, trabalhista e ambiental (ALMEIDA, 2008; BLACKMAN, 2000; DASGUPTA, 2000).

No que compete aos micro e pequenos estabelecimentos (MPEs), de acordo com a RAIS, existem mais de 519.200 estabelecimentos deste tipo no estado do Rio de Janeiro. Para termos uma melhor noção da evolução deste número, devemos atentar para a tabela 2. Contudo, antes disso, devemos clarificar o conceito utilizado para se distinguir o porte de um estabelecimento. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), adotada como referência pelo Sistema Estatístico Nacional, pelo IBGE e pela RAIS, define-se o tamanho de um estabelecimento pelo número de funcionários da seguinte forma:

**Tabela 1 - Tamanho do Estabelecimento, segundo setor**

	<b>Indústria</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviço</b>	<b>Agropecuária</b>
<b>Micro</b>	Até 19	Até 9	Até 9	Até 9
<b>Pequena</b>	De 20 a 99	De 10 a 49	De 10 a 49	De 10 a 49
<b>Média</b>	De 100 a 499	De 50 a 99	De 50 a 99	De 50 a 99
<b>Grande</b>	Acima de 500	Acima de 100	Acima de 100	Acima de 100

Fonte: CNAE

Além disso, outra nota metodológica deve ser feita sobre a RAIS, conforme observado por Najberg, Puga e Pereira (2003): “A unidade de contagem utilizada foi o estabelecimento (ou firma) e não a empresa. Um estabelecimento é caracterizado por um endereço postal. Assim, uma mesma empresa pode ter vários estabelecimentos. A principal vantagem desse procedimento é a possibilidade de realizar análises regionais. Em contrapartida, um pequeno viés é introduzido, na medida em que um conjunto de micros e pequenos estabelecimentos se constitui de filiais de empresas de grande porte.” Como o percentual de MPEs filiais de outras empresas maiores é pequeno (fonte: SEBRAE), o viés supracitado não atrapalhará o nosso estudo. Esclarecidos os conceitos, podemos seguir em frente para a análise da tabela 2, que nos fornece os números de

estabelecimentos por porte, segundo Brasil e Estado do Rio de Janeiro, referentes ao período entre os anos 2000 e 2010.

A partir desses dados, podemos notar que houve um acréscimo considerável na quantidade de micro e pequenos estabelecimentos, tanto no estado, que em 2000 possuía 377.096 MPEs e em 2010 tinha 519.218 (aumento de 37,7%), como em todo o país, que contava com 5.119.530 MPEs em 2000 e passou para 7.531.752 em 2010 (aumento de 47%).

Outra informação que chama a atenção é a do desempenho dos pequenos estabelecimentos. No período em questão, o total de empreendimentos de pequeno porte aumentou 54,4% no Rio de Janeiro e 76% no Brasil.

Em termos mais gerais, a proporção de MPEs em relação ao total de estabelecimentos se mantém praticamente estável ao longo dos 11 últimos anos. Por volta de 99% no Brasil e 98% no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 2 - Número de Estabelecimentos, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010**

Porte	2000		2001		2002		2003	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	4.878.689	350.298	5.267.682	369.415	5.574.483	388.088	5.775.699	398.834
<b>Pequena</b>	240.841	26.798	253.860	28.054	268.794	29.437	280.290	30.005
<b>Média</b>	29.262	3.240	30.010	3.285	31.085	3.295	31.794	3.378
<b>Grande</b>	22.236	2.496	23.227	2.530	24.249	2.623	24.974	2.656
<b>TOTAL</b>	<b>5.171.028</b>	<b>382.832</b>	<b>5.574.779</b>	<b>403.284</b>	<b>5.898.611</b>	<b>423.443</b>	<b>6.112.757</b>	<b>434.873</b>
Porte	2004		2005		2006		2007	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	5.985.558	410.146	6.188.437	420.283	6.317.889	427.556	6.463.641	434.808
<b>Pequena</b>	299.512	31.488	316.312	32.825	332.175	34.256	352.542	35.995
<b>Média</b>	34.216	3.612	35.795	3.756	37.791	3.976	40.776	4.210
<b>Grande</b>	26.359	2.748	27.708	2.849	29.252	2.938	30.999	3.089
<b>TOTAL</b>	<b>6.345.645</b>	<b>447.994</b>	<b>6.568.252</b>	<b>459.713</b>	<b>6.717.107</b>	<b>468.726</b>	<b>6.887.958</b>	<b>478.102</b>
Porte	2008		2009		2010			
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ		
<b>Micro</b>	6.691.574	447.552	6.960.886	463.375	7.107.653	477.837		
<b>Pequena</b>	376.195	37.627	393.536	38.931	424.099	41.381		
<b>Média</b>	43.252	4.418	45.117	4.585	49.157	4.915		
<b>Grande</b>	32.316	3.252	33.703	3.356	36.288	3.569		
<b>TOTAL</b>	<b>7.143.337</b>	<b>492.849</b>	<b>7.433.242</b>	<b>510.247</b>	<b>7.617.197</b>	<b>527.702</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE (2000 a 2010)

Ainda conforme Najberg, Puga e Pereira, as 4 principais explicações para o crescimento da contribuição dos estabelecimentos de menor porte são a globalização, que traz a necessidade de maior eficiência e fomenta atividades de apoio ao negócio principal, a redução de porte das firmas, que pode ser associada a um acréscimo do nível de produtividade dos trabalhadores, a flexibilidade dos micro, pequenos e, inclusive, médios estabelecimentos, que se tornaram mais ágeis e, finalmente, o advento do Regime Simplificado de Tributação (Simples).

Além do estudo do número de estabelecimentos através de seus respectivos portes, outra abordagem que nos permite ter uma visão aprofundada do atual cenário em que os empreendimentos fluminenses se encontram é via vínculos ativos.

Mais uma vez, antes de destinarmos nossa atenção aos dados, vale salientar duas observações sob o método pelo qual o Ministério do Trabalho trabalha suas informações. Primeiramente, no que se refere ao número de empregados, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) só considera como tendo vínculo ativo o empregado que estiver registrado até 31/12. Em segundo lugar, de acordo com o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), estabelecimentos que não possuam vínculos empregatícios ou que mantiveram suas atividades paralisadas durante o ano-base devem declarar RAIS Negativa.

A relevância desta abordagem reside em nos permitir observar qual a contribuição dos estabelecimentos que não tinham empregados na evolução do número de firmas ao longo do período, principalmente quando lembramos que os estabelecimentos que declaram RAIS Negativa se encaixam no grupo dos de micro porte.

Baseado no exposto acima segue a tabela 3, que apresenta os dados acerca das quantidades de estabelecimentos seccionadas segundo Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro para o ano 2000. A tabela 4 vem logo em seguida e faz o mesmo, entretanto, para o ano de 2010.

Em 2000, 56,7% dos empreendimentos brasileiros não possuíam empregados registrados. No Rio de Janeiro a situação era bem diferente, o estado tinha 10% menos estabelecimentos declarantes de RAIS Negativa do que o país (46,1%), enquanto que sua capital tinha ainda menos (43,3%). Além disso, a Cidade do Rio Janeiro dava conta de 50,5% do total de estabelecimentos do estado.

**Tabela 3 - N° dos Estabs. por Vínculo Ativo, segundo BR, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro - 2000**

Tamanho do estabelecimento - empregados ativos em 31/12	Brasil	RJ	Município do RJ
<b>RAIS Negativa</b>	2.932.341	176.596	83.824
<b>De 0 a 4 vínculos ativos</b>	1.569.058	136.052	69.328
<b>De 5 a 9 vínculos ativos</b>	334.029	34.534	19.011
<b>De 10 a 19 vínculos ativos</b>	174.584	18.523	10.940
<b>De 20 a 49 vínculos ativos</b>	98.548	10.609	6.448
<b>De 50 a 99 vínculos ativos</b>	31.241	3.368	2.021
<b>De 100 a 249 vínculos ativos</b>	19.163	1.933	1.211
<b>De 250 a 499 vínculos ativos</b>	6.859	664	388
<b>De 500 a 999 vínculos ativos</b>	3.254	345	216
<b>Acima de 1.000 vínculos ativos</b>	1.951	208	132
<b>TOTAL</b>	<b>5.171.028</b>	<b>382.832</b>	<b>193.519</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE 2000

Ao longo de 11 anos, algumas mudanças bastante relevantes aconteceram no Rio de Janeiro. O percentual de estabelecimentos com índice de RAIS Negativa aumentou mais de 5%, alcançando 51,5%, enquanto que na Cidade do Rio de Janeiro o aumento foi de 6%, chegando a 49,9%.

**Tabela 4 - N° dos Estabs. por Vínculo Ativo, segundo BR, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro - 2010**

Tamanho do estabelecimento - empregados ativos em 31/12	Brasil	RJ	Município do RJ
<b>RAIS Negativa</b>	4.213.749	272.091	125.672
<b>De 0 a 4 vínculos ativos</b>	2.283.378	155.782	73.811
<b>De 5 a 9 vínculos ativos</b>	543.619	46.106	22.970
<b>De 10 a 19 vínculos ativos</b>	299.846	27.332	14.551
<b>De 20 a 49 vínculos ativos</b>	172.916	16.781	9.206
<b>De 50 a 99 vínculos ativos</b>	52.993	5.081	2.877
<b>De 100 a 249 vínculos ativos</b>	30.234	2.739	1.568
<b>De 250 a 499 vínculos ativos</b>	11.115	965	553
<b>De 500 a 999 vínculos ativos</b>	5.406	455	270
<b>Acima de 1.000 vínculos ativos</b>	3.941	370	205
<b>TOTAL</b>	<b>7.617.197</b>	<b>527.702</b>	<b>251.683</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE 2010

A tabela 4 também nos permite concluir que a importância da capital em relação ao estado diminuiu, passando a ser responsável por 47,7% dos estabelecimentos fluminenses.

De fato, quando observamos as variações nos totais de estabelecimentos para o Estado e o Município do Rio de Janeiro essa evidência fica mais transparente. Nos 11 anos em questão, o estado teve um aumento de 37,8% no total de empreendimentos, enquanto que a capital registrou acréscimo de somente 30%.

No Brasil, apesar do total de estabelecimentos ter aumentado 47,3% entre 2000 e 2010, o volume dos que declaram RAIS Negativa não caiu muito, somente 1,4%, atingindo o patamar de 55,3%.

Finalmente, para terminarmos nosso capítulo a respeito da conjuntura na qual as firmas do estado se inserem, vamos, agora, analisar em quais setores os estabelecimentos fluminenses se concentram.

A tabela 5 retrata, para estado e município do Rio de Janeiro, o número de estabelecimentos segundo as 25 categorias de subsectores de atividade econômica do IBGE para o ano de 2010. Chamamos atenção para o ordenamento das colunas. O estado se encontra dividido em micro e pequenos estabelecimentos (MPEs) e médios e grandes estabelecimentos (MGEs), já a capital teve seus dados agregados na última coluna.

Começando pelo estado, vamos, em primeiro lugar, atentar para os grandes setores. O setor de serviços lidera, respondendo por 51,9% dos empreendimentos do estado. Em seguida, vem o setor de comércio com 35,7%, em terceiro, o setor industrial com 10,8% e, por último, a agropecuária com 1,6%. Tenha em mente o leitor que estes percentuais são praticamente os mesmos para os MPEs, uma vez que eles representam 98,4% dos estabelecimentos.

Para a capital, a participação do setor de serviços tem um peso de 60,9%, seguido de comércio (29,6%), indústria (9,2%) e agropecuária (0,3%).

Vejamos, então, como fica o quadro dos subsectores. No estado, os 3 melhores colocados são: “Comércio varejista” (31,1%), “Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos” (21,3%) e “Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” (17,1%). Juntos, estes 3 subsectores concentram 69,5% das atividades econômicas. No caso dos MPEs, eles concentram 69,8%.

Na cidade do Rio de Janeiro, os 3 melhores subsectores assumem posições diferentes, todavia, coincidentemente também concentram 69,5% das atividades. Aqui, o primeiro lugar é ocupado pelo “Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos” (28,5%), o “Comércio varejista” (24,3%) aparece em segundo lugar e “Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” (16,7%) em terceiro.

No setor industrial do estado, “Construção civil” (30%), “Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos” (14,2%) e “Indústria do papel, papelão, editorial e

gráfica” (8,9%) merecem destaque, os 3 subsetores concentram 53,1% das atividades industriais, totalizando 5,7% dos MPEs fluminenses.

No que se refere à capital, o grupo acima mencionado é responsável por 54,9% de todos os estabelecimentos industriais da cidade. Em termos de ranking, também há mudança nas posições. Apesar de “Construção civil” (32%) continuar na liderança, o subsetor agora é seguido pela “Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica” (12,3%) e depois pela “Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos” (10,6%).

**Tabela 5 - Número de Estabs. por Subsetor de Atividade Econômica - 2010**

<b>Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (25 categorias)</b>	<b>MPEs</b>	<b>MGEs</b>	<b>Mun. Do RJ</b>
<b>Comércio, Serviços e Agropecuária</b>			
Administração pública direta e autárquica	585	481	419
Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos	111.232	1.282	71.759
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	8.404	28	870
Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	88.804	1.273	41.981
Comércio atacadista	23.980	450	13.338
Comércio varejista	162.367	1.661	61.081
Ensino	12.827	621	5.981
Instituições de crédito, seguros e capitalização	11.581	214	8.311
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	25.686	418	15.065
Transportes e comunicações	17.825	907	9.678
<b>Indústria</b>			
			0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	5.980	128	2.127
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	3.599	24	2.408
Construção civil	16.709	403	7.414
Indústria do material elétrico e de comunicações	517	10	289
Extrativa mineral	1.473	56	480
Indústria de calçados	166	1	57
Indústria mecânica	1.957	55	935
Indústria metalúrgica	3.710	73	1.235
Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	2.857	131	1.207
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	8.048	74	2.467
Indústria da madeira e do mobiliário	2.102	8	565
Indústria do material de transporte	754	53	269
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.847	38	353
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	5.019	42	2.848
Serviços industriais de utilidade pública	1.189	53	546
<b>TOTAL</b>	<b>519.218</b>	<b>8.484</b>	<b>251.683</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE 2010



Evidências empíricas comprovam que, desde os anos 80, as firmas de micro e pequeno porte se mostram cada vez mais relevantes na economia (ACS, 1999). Sabendo como o estoque de empreendimentos caminhou ao longo dos 11 últimos anos, pudemos ter uma visão da maneira pela qual estas evidências se traduzem nos termos da evolução do número de firmas do Rio de Janeiro e do país, que foi útil também para nos fornecer uma base de comparação.

Os dados estudados neste capítulo consistem num dos aspectos-chave para elaboração deste trabalho. De posse das informações contidas na RAIS, pudemos observar como as atividades econômicas se concentram no estado, quais setores mais se destacam e qual a participação da capital. Esta análise será importante mais à frente, quando estivermos trabalhando com os valores dos empregos fluminenses.

## **CAPÍTULO 2 – A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O nível de empregos é um dos temas mais discutidos por todos os povos do mundo. Em todos os lugares, meios de comunicação e correntes de pensamento, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, sempre há repercussão sobre o assunto.

Numa sociedade como a que vivemos hoje em dia, o emprego é muito mais do que uma simples forma de ganhar o pão de cada dia. Ele também significa status, assim, afeta a maneira pela qual percebemos nossa realização pessoal e, por conseguinte, nossa auto-estima.

As relações de trabalho devem ser entendidas num quadro muito mais amplo que as meras relações bilaterais entre empregado e empregador. Delas pode depender a saúde de uma empresa, empresas mais saudáveis produzem mais, gerando mais riquezas e aquecendo a economia de um país.

São motivos como esses que levam os governos a acompanhar de perto a evolução do número de empregos, cabendo a eles, inclusive, o dever de criar incentivos e programas que gerem cada vez mais novos postos de trabalho. Nesse contexto, quanto melhores os incentivos que diminuam os riscos financeiros, maior o impacto no emprego das firmas de micro e pequeno porte (NAJBERG, PUGA e OLIVEIRA, 2002).

Neste capítulo, estudaremos o nível e, principalmente, a geração de empregos no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, iremos novamente lançar mão das ferramentas disponibilizadas nos bancos de dados da RAIS e do CAGED.

Ressaltamos ainda que continuaremos usando a tabela 1, introduzida no primeiro capítulo, como referência para diferenciar o tamanho de um estabelecimento.

Primeiramente, vejamos, na tabela 6, como o total de empregos variou entre os anos 2000 e 2010.

No geral, ao longo desses 11 anos, os empregos aumentaram 68% no país e 50,1% no estado. Podemos notar também, que, os micro e pequenos estabelecimentos em 2010, davam conta de 40,1% de todos os empregos do país, tendo um aumento de 65,5% em relação a 2000. Para os empregos fluminenses, os MPES contribuíram com 37,3% do total em 2010, tendo sofrido um incremento de 41,5% em relação a 2000.

Todavia, ao darmos outro foco ao Estado do Rio do Rio de Janeiro, percebe-se que a participação do mesmo no total nacional de pessoas ocupadas caiu de 10,4% em

2000 para 9,3% em 2010. Semelhantemente, a participação dos MPEs do estado nos empregos brasileiros também sofreu decréscimo, caindo 1,5% no período.

**Tabela 6 - Número de Empregos em 31/dez, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010**

Porte	2000		2001		2002		2003	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	5.223.868	500.362	5.443.872	505.770	5.732.615	519.924	5.912.087	525.008
<b>Pequena</b>	5.460.324	576.370	5.729.373	599.633	6.035.228	626.289	6.252.488	634.479
<b>Média</b>	3.232.740	315.622	3.276.147	318.532	3.381.051	317.586	3.433.049	322.895
<b>Grande</b>	12.309.970	1.325.558	12.740.222	1.377.435	13.535.019	1.458.664	13.946.350	1.462.811
<b>TOTAL</b>	<b>26.226.902</b>	<b>2.717.912</b>	<b>27.189.614</b>	<b>2.801.370</b>	<b>28.683.913</b>	<b>2.922.463</b>	<b>29.543.974</b>	<b>2.945.193</b>
Porte	2004		2005		2006		2007	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	6.203.814	536.657	6.472.404	548.862	6.740.764	562.094	6.982.893	571.588
<b>Pequena</b>	6.694.182	667.768	7.069.224	698.422	7.455.047	734.074	7.936.509	775.709
<b>Média</b>	3.702.452	338.941	3.860.694	352.370	4.118.663	380.643	4.441.422	396.493
<b>Grande</b>	14.807.128	1.516.808	15.836.295	1.592.130	16.840.775	1.696.816	18.246.606	1.922.056
<b>TOTAL</b>	<b>31.407.576</b>	<b>3.060.174</b>	<b>33.238.617</b>	<b>3.191.784</b>	<b>35.155.249</b>	<b>3.373.627</b>	<b>37.607.430</b>	<b>3.665.846</b>
Porte	2008		2009		2010			
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ		
<b>Micro</b>	7.339.051	585.242	7.673.371	601.732	8.130.491	626.605		
<b>Pequena</b>	8.461.062	812.440	8.814.656	840.407	9.551.270	896.533		
<b>Média</b>	4.689.245	416.787	4.840.220	433.506	5.311.554	473.619		
<b>Grande</b>	18.952.145	1.897.914	19.879.299	1.975.614	21.075.040	2.083.325		
<b>TOTAL</b>	<b>39.441.503</b>	<b>3.712.383</b>	<b>41.207.546</b>	<b>3.851.259</b>	<b>44.068.355</b>	<b>4.080.082</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/CAGED (2000 a 2010)

Mais uma vez, os pequenos empreendimentos tiveram um desempenho de destaque. No Rio de Janeiro, sua participação no número de empregos cresceu em 0,8% entre 2000 e 2010, crescendo 0,9% em todo o Brasil.

Corseuil, Moura e Ramos (2009) nos ajudam a entender a importância e interdependência dos temas abordados neste capítulo e no anterior ao verificarem 2 efeitos principais na análise dos determinantes da evolução do número formal de empregos. O efeito quantidade, medido pelo número de estabelecimentos, e o efeito tamanho médio, que leva em conta a escala das contratações e a composição dos setores de atividades. Assim, vamos dar prosseguimento ao nosso capítulo analisando a geração de empregos formais, a tabela 7 nos fornecerá esses números.

A formação de novos postos de trabalho deu um salto considerável ao longo da primeira década do milênio. O Rio de Janeiro registrou o impressionante acréscimo de 197,1%, passando de 77.022 novos empregos em 2000, para 228.823 em 2010.

Nacionalmente, apesar de mais discreto, o aumento de 131,5% significa que a geração de empregos no país foi de 1.235.666 no primeiro ano em questão, para 2.860.809, no último.

Salientamos que: “... o rápido aumento do emprego formal no Brasil após 1999 não pode ser explicado por níveis mais altos de crescimento econômico. Os economistas da área de economia do trabalho ainda não entenderam completamente as razões desse crescimento do emprego formal, uma vez que não houve mudança significativa na legislação trabalhista e o custo da mão-de-obra, quando medido pelo salário mínimo real, aumentou...” (ALMEIDA, 2008).

Autores como Dedecca e Rosandiski (2006), Cardoso (2007) e o próprio Almeida concordam que essa intensa geração de trabalho formal esteja relacionada com a desvalorização do Real em 1999 e ao aquecimento das exportações impulsionado pelo ciclo de crescimento mundial pós- 2003.

**Tabela 7 - Geração de Empregos Formais, segundo Brasil e Rio de Janeiro - 2000 a 2010**

Porte	2000		2001		2002		2003	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	269.148	14.086	220.004	5.408	288.743	14.154	179.472	5.084
<b>Pequena</b>	341.228	27.331	269.049	23.263	305.855	26.656	217.260	8.190
<b>Média</b>	145.237	-784	43.407	2.910	104.904	-946	51.998	5.309
<b>Grande</b>	480.053	36.389	430.252	51.877	794.797	81.229	411.331	4.147
<b>TOTAL</b>	<b>1.235.666</b>	<b>77.022</b>	<b>962.712</b>	<b>83.458</b>	<b>1.494.299</b>	<b>121.093</b>	<b>860.061</b>	<b>22.730</b>
Porte	2004		2005		2006		2007	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ
<b>Micro</b>	291.727	11.649	268.590	12.205	268.360	13.232	242.129	9.494
<b>Pequena</b>	441.694	33.289	375.042	30.654	385.823	35.652	481.462	41.635
<b>Média</b>	269.403	16.046	158.242	13.429	257.969	28.273	322.759	15.850
<b>Grande</b>	860.778	53.997	1.029.167	75.322	1.004.480	104.686	1.405.831	225.240
<b>TOTAL</b>	<b>1.863.602</b>	<b>114.981</b>	<b>1.831.041</b>	<b>131.610</b>	<b>1.916.632</b>	<b>181.843</b>	<b>2.452.181</b>	<b>292.219</b>
Porte	2008		2009		2010			
	Brasil	RJ	Brasil	RJ	Brasil	RJ		
<b>Micro</b>	356.158	13.654	334.320	16.490	457.120	24.873		
<b>Pequena</b>	524.553	36.731	353.594	27.967	736.614	56.126		
<b>Média</b>	247.823	20.294	150.975	16.719	471.334	40.113		
<b>Grande</b>	705.539	-24.142	927.154	77.700	1.195.741	107.711		
<b>TOTAL</b>	<b>1.834.073</b>	<b>46.537</b>	<b>1.766.043</b>	<b>138.876</b>	<b>2.860.809</b>	<b>228.823</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/CAGED (2000 a 2010)

Voltando à tabela 7, podemos ver que a contribuição dos MPEs também se mostra bastante significativa, sendo eles responsáveis por 41,7% da criação de novas

vagas de trabalho no Brasil e por 35,4% no estado fluminense em 2010. Temos ainda, que tanto no âmbito nacional, como no âmbito federal, os micro e pequenos empreendimentos geraram 95,6% a mais de empregos em 2010 do que em 2000.

Outro fator positivo é que, diferentemente do volume total, no caso do fluxo de novos empregos, a participação do Estado Do Rio de Janeiro no país aumentou de 6,2% para 8% no intervalo trabalhado. Já os MPEs do estado mantiveram sua colaboração estável em torno dos 6,8%.

Embora o capítulo anterior tenha abordado o conceito de vínculos ativos, não faremos o mesmo para este. O índice de RAIS Negativa não se aplica para os postos de trabalho, assim, veremos na sequência o comportamento do emprego pela abordagem setorial. Nesta parte do estudo, a nossa investigação continuará focada na geração de empregos formais. O objetivo é clarificar quais os setores que mais geram oportunidades de trabalho no estado. Para termos uma boa idéia da evolução deste quadro, as tabelas 8 e 9 retratarão, respectivamente, os anos de 2000 e 2010. Seguindo a lógica do capítulo 1, as informações sobre o estado e sua capital serão ordenados em 3 colunas. As 2 primeiras tratando dos MPEs e MGEs do estado e a última como um agregado da capital.

Em 2000, do total de 77.022 empregos formais gerados, 53,8% foram advindos dos micro e pequenos empreendimentos, sendo que a cidade do Rio de Janeiro colaborou com 47,1%.

Em relação aos grandes setores, a indústria e a agropecuária sofreram retrações, gerando juntos 10.687 menos empregos do que no ano anterior, contudo, os setores de serviços e comércio apresentaram resultados bem positivos e, com seus 87.709 novos postos, puxaram a formação estadual de vagas de trabalho para cima.

Apesar desse desempenho elusivo no quadro setorial geral, quando direcionamos a atenção para os MPEs, vimos que eles contribuíram com 22,4% de todos os novos empregos no comércio, 30% nos serviços, 0,8% na agropecuária e 0,6% na indústria.

No que diz respeito aos subsetores, as 3 melhores performances foram de “Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos”, “Comércio varejista” e “Transportes e comunicações” que criaram, respectivamente, 46,2%, 18,3% e 17,3% dos novos postos de trabalho. Os micro e pequenos estabelecimentos destes subsetores colaboraram com 35.859 novos empregos, o que corresponde a 46,6% do total gerado pelo estado no ano.

Tabela 8 - Geração de Empregos por Subsetor de Atividade Econômica - 2000

Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (25 categorias)	MPEs	MGEs	Mun. Do RJ
<b>Comércio, Serviços e Agropecuária</b>			
Administração pública direta e autárquica	-287	11.796	11.740
Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos	12.257	23.359	23.563
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	591	-1.159	-211
Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	7.674	4.064	5.788
Comércio atacadista	1.345	-257	272
Comércio varejista	15.928	-1.806	4.815
Ensino	1.381	3.067	3.768
Instituições de crédito, seguros e capitalização	632	-90	-77
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	32	-4.732	-5.262
Transportes e comunicações	1.424	11.922	9.953
<b>Indústria</b>			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-1.033	-1.506	-885
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	-126	501	62
Construção civil	294	-3.116	-6.338
Indústria do material elétrico e de comunicações	-1	69	-13
Extrativa mineral	680	-12	93
Indústria de calçados	-23	-90	153
Indústria mecânica	-121	1.076	-15
Indústria metalúrgica	460	-894	-2.116
Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	420	-4.085	-4.524
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	443	522	-916
Indústria da madeira e do mobiliário	-27	-1.439	-355
Indústria do material de transporte	-105	678	-42
Indústria de produtos minerais não metálicos	220	198	106
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-292	-68	-755
Serviços industriais de utilidade pública	-349	-2.393	-2.559
<b>TOTAL</b>	<b>41.417</b>	<b>35.605</b>	<b>36.245</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/CAGED 2000

Para o município do Rio de Janeiro, o subsetor de “Comércio varejista” não era um dos 3 melhores em 2000, sendo substituídos por “Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” que, somado aos 2 outros subsetores mencionados no parágrafo acima, produziu 39.304 novas vagas para a cidade.

Sigamos, agora, para a observação da geração dos empregos fluminenses no ano de 2010, fornecida pela tabela 9.

Devemos notar que, como já evidenciado pela tabela 7, dos 228.823 novos postos de trabalho criados, 35,4% provêm dos MPEs, sendo a capital do estado a responsável por 51,3%. O leitor atento certamente percebeu a diminuição de 18,4% na

contribuição dos MPEs entre 2000 e 2010. O número preocupa, mas, como temos visto neste trabalho, a relevância dos micro e pequenos empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro ainda está longe de enfraquecer.

**Tabela 9 - Geração de Empregos por Subsetor de Atividade Econômica - 2010**

<b>Subsetor de Atividade Econômica segundo IBGE (25 categorias)</b>	<b>MPEs</b>	<b>MGEs</b>	<b>Mun. Do RJ</b>
<b>Comércio, Serviços e Agropecuária</b>			
Administração pública direta e autárquica	384	10.848	1.174
Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos	9.908	34.651	29.728
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	-133	165	220
Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	10.484	20.817	20.636
Comércio atacadista	1.510	7.018	2.581
Comércio varejista	26.267	18.782	18.068
Ensino	4.240	6.582	6.274
Instituições de crédito, seguros e capitalização	2.407	1.832	2.735
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2.398	-1.138	399
Transportes e comunicações	5.631	13.262	8.738
<b>Indústria</b>			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-3.600	1.617	1.115
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	655	2.166	2.191
Construção civil	13.412	4.625	7.340
Indústria do material elétrico e de comunicações	269	674	611
Extrativa mineral	266	-8.436	-10.780
Indústria de calçados	40	-223	29
Indústria mecânica	1.781	983	893
Indústria metalúrgica	100	6.404	2.133
Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	1.224	12.618	14.794
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2.777	704	1.696
Indústria da madeira e do mobiliário	-35	127	407
Indústria do material de transporte	402	5.373	1.205
Indústria de produtos minerais não metálicos	436	2.310	863
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	254	290	195
Serviços industriais de utilidade pública	-78	5.773	4.033
<b>TOTAL</b>	<b>80.999</b>	<b>147.824</b>	<b>117.278</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/CAGED 2010

Em contraste com o ano 2000, todos os grandes setores tiveram saldo positivo na criação de novas vagas de trabalho. Os dois principais setores, serviços e comércio, geraram 175.883 novos empregos, o que representa um aumento de 100,5%. Já os setores de indústria e agricultura, se recuperaram e criaram em 2010, respectivamente, 52.940 novos postos.

Ainda nos grandes setores, os micro e pequenos estabelecimentos do comércio foram os mais proeminentes, ocupando, no estado, um espaço de 51,8% da geração de empregos do setor. Para os MPEs da indústria, este percentual foi de 33,8% enquanto que nos serviços, 29%. A agricultura que teve um resultado abaixo do par, gerando 133 cargos a menos do que em 2009.

Voltando nosso foco aos subsetores, destacam-se: “Comércio varejista” com 19,7% das vagas criadas, “Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos”, com 19,5% e “Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” com 13,7%, que não era tão bem colocado em 2000, mas que, com seus 36,6% de crescimento entre 2000 e 2010, conquistou seu lugar. No que tange aos micro e pequenos estabelecimentos, os 3 subsetores contribuíram com 46.659 novos postos de trabalho, o que significa 20,4% do total para 2010. Lembramos ainda que, como visto anteriormente, também é neles que a fica a maior concentração de empreendimentos do estado.

Na indústria, os subsetores que mais concentram estabelecimentos não são os que mais criam oportunidades de emprego. Os melhores colocados são “Construção civil”, “Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria” e “Indústria metalúrgica”, que são responsáveis por 72,5% da criação de vagas de trabalho industriais. Os MPEs destes subsetores colaboram com 18,2%.

Para a capital, os 3 subsetores em destaque no estado permanecem como líderes, porém em posições distintas. Aqui, “Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serv técnicos” assume o primeiro lugar com 25,3%, seguido de “Serv de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” com 17,6% e “Comércio varejista” com 15,4% dos empregos gerados pela Cidade do Rio de Janeiro. Esses 3 subsetores, correspondem a 29,9% do total de postos de trabalho criados no estado em 2010.

Finalizada nossa análise, esperamos ter feito uma boa exposição sobre o caminho percorrido pela geração de empregos no Estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo para o presente capítulo foi o de clarificar quais setores são mais relevantes e como os micro e pequenos estabelecimentos influem na criação de novas oportunidades de trabalho. Assim como no primeiro capítulo, os dados para o Brasil e para a capital do estado nos ajudaram a manter a perspectiva do estudo.



## CONCLUSÃO

O objetivo do nosso trabalho foi a exibição de um estudo sobre a formação de empregos no Estado do Rio de Janeiro. A partir dos dados empíricos disponíveis, analisamos a importância dos micro e pequenos estabelecimentos (MPEs) em contraste com os de médio e grande porte, encontrando evidências claras de que os MPEs tenham um peso bastante relevante na criação de novas vagas de trabalho no Estado.

A teoria advoga que a geração formal de empregos está intimamente relacionada com a quantidade de estabelecimentos, assim, demos uma ênfase a seus dados no primeiro capítulo, onde observamos o crescimento de 37,8% do número total de firmas no estado entre 2000 e 2011. Além disso, vimos ainda a contribuição dos MPEs neste crescimento e como eles se concentram nos setores produtivos.

Na segunda parte do trabalho, nossa atenção se voltou para os aumentos do número de empregados e para a geração de postos de trabalho formais propriamente dita. Seguindo a abordagem do capítulo 1, também observamos os desempenhos dos MPEs, tanto setorialmente como de maneira agregada.

Por meio deste estudo, concluímos que, atualmente, os micro e pequenos estabelecimentos são responsáveis por 35,4% da geração de empregos no estado do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED):

<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE?lang=0>

Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET):

<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE):

<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnaefiscal/cnaef.htm>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Federação de comércio, bens, serviços e turismo do Estado do Rio de Janeiro (FECOMERCIO):

<http://www.fecomercio-rj.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):

<http://www.sebrae.com.br/>

ACS, Z.J. The new american evolution, in Are small firms important? Their role and impact. Edited by Zoltan J. Acs, Kluwer academic publishers, 1999.

ALMEIDA, M. Além da informalidade: entendendo como os fiscais e agentes de desenvolvimento promovem a formalização o crescimento de pequenas e médias empresas. Ipea, 2008 (Texto para discussão, n. 1353).

BLACKMAN, A. Informal sector pollution control: what policy options do we have? *World Development*, v. 28, n.12, p. 2.067-2.082, 2000.

CORSEUIL, C.H.L.; MOURA, R.L.; RAMOS, L. Determinantes da expansão do emprego formal: o que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos? Ipea, 2009 (Texto para discussão, n. 1450)

CARDOSO, J.C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal. Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1310).

DASGUPTA, N. Environmental enforcement and small industries in Índia: reworking the problem in the poverty context. *World Development*, v.28, n.5, p.945-947, 2000.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.

NAJBERG, S.; OLIVEIRA, P.A.S.; PUGA, F.P. Emprego Análise da sobrevivência das firmas brasileiras, in Informe-se n.46. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), 2002.

NAJBERG, S.; PEREIRA, R.O.; PUGA, F.P. Firms e emprego Demografia das firmas brasileiras, in Informe-se n.50. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), 2003.